



ACÓRDÃO Nº2033/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11869/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Júlio Chagas de Pinto Mattos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Sérgio Augusto Costa da Silva – OAB/AM 6583
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5872/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV. Exercício de 2021.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV, referente ao exercício de 2021, de responsabilidade do Senhor **Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Presidente do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Senhor **Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Presidente do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fulcro no artigo 54, inciso VI da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso VI da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.10; 1.12; 1.13; 1.14; 2.1; e 03 da Fundamentação do Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera



ACÓRDÃO Nº2033/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.3. Considerar em Alcance ao Senhor **Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Presidente do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 12.800,00** (doze mil e oitocentos reais), em razão das Impropriedades nºs. 2.1 e 03; tudo em consonância com o artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE).

10.4. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.4.1 Desconformidade legal na Organização Administrativa, na Contribuições Previdenciárias, no Benefícios Previdenciários, investimentos e Compensação Previdenciária;

10.4.2 Ausência de informações sobre se os servidores e inativos têm não acesso às informações da gestão do RPPS (art. 5º, VIII, da Portaria MPS nº 204/08; art. 12 da Portaria MPS nº 402/08; e art. 1º, VI, da Lei nº 9.717 /98);



ACÓRDÃO Nº2033/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.4.3** Ausência de informações sobre se a unidade gestora do RPPS não realizou o recenseamento previdenciário no exercício (art. 15, II, da ON SPPS/MPS nº 02/09 e art. 9º, II, da Lei nº 10.887/04);
- 10.4.4** Ausência de informações sobre se o gestor do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS não possui certificação e habilitação comprovadas, formação superior, assim como experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica e atuarial (art. 8º-B, II, III e IV, da Lei nº 9.717 /98);
- 10.4.5** Ausência de informações sobre se o Órgão Gestor do RPPS concedeu empréstimos a servidores ou ao município utilizando recursos previdenciários (art. 6º, V, da Lei nº 9.717 /98 e art. 43, § 2º, II, da LRF);
- 10.4.6** Não foram concedidos benefícios distintos dos previstos para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS (art. 5º, XI, da Portaria MPS nº 204/08; art. 23, caput, da Portaria MPS nº 402/08; e art. 5º da Lei nº 9.717 /98; Lei nº 8.213/91);
- 10.4.7** A unidade gestora do RPPS não monitorou o servidor aposentado por invalidez para fins de verificar se houve exercício de atividade laboral no período do benefício (art. 56, §4º, da ON SPPS/MPS nº 02/09);
- 10.4.8** O RPPS não adotou providências no sentido de acompanhar o servidor que atingiu a idade máxima para aposentadoria compulsória (art. 57, caput, da ON SPPS/MPS nº 02/09);
- 10.4.9** O RPPS não enviou o Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia (art. 5º, XVI, “g”, da Portaria MPS nº 204/08; art. 1º da Portaria MPS nº 519/11; e art. 6º, IV e VI, da Lei nº 9.717/98);
- 10.4.10** O Órgão Gestor do RPPS não encaminhou o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR à Secretária de Previdência do Ministério da Economia (art. 5º, XVI, “d”, Portaria MPS nº 204/08; art. 22 da Portaria MPS nº 402/08; e art. 6º, IV, da Lei nº 9.717/98);
- 10.4.11** O RPPS não elaborou mensalmente relatórios circunstanciados sobre a rentabilidade e os riscos das operações realizadas nas aplicações dos recursos previdenciários (art. 3º, V, da Portaria MPS nº 519/11);
- 10.4.12** As aplicações e resgates dos recursos previdenciários não foram feitos com preenchimento do formulário APR – Autorização de Aplicação e Resgate (art. 3º-B, da Portaria MPS nº 519/11);
- 10.4.13** O RPPS não disponibilizou aos servidores e inativos a política anual de investimentos, as informações da APR – Autorização de Aplicação e Resgate, a composição da carteira de investimentos e as datas e local das reuniões do Comitê de Investimentos (art. 3º, VIII, da Portaria MPS nº 519/11);



ACÓRDÃO Nº2033/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.4.14** O RPPS não celebrou termo de adesão com a Secretaria Especial de Previdência do Ministério da Economia para fins de requerimento da compensação previdenciária (art. 10, §1º, do Decreto nº 10.188/19;
- 10.4.15** O Órgão Gestor do RPPS não operacionalizou a compensação financeira no exercício (art. 1º da Portaria MPS nº 6.209/99; art. 1º, §2º, da Lei nº 9.717/98; art. 4º da Lei nº 9.796/99;
- 10.4.16** Ausência de justificativas sobre se as impropriedades detectadas nos processos licitatórios, realizados pelo Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV;
- 10.4.17** Não consta nos autos razão da escolha do fornecedor, justificativa do preço na forma do art. 30, §3º, incisos II e III da Lei nº 13.303/2016 c/c artigo 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93;
- 10.4.18** Ausência de justificativas e apresentação de documentos para a prorrogação do contrato e se o fato foi devidamente justificado e publicado, na forma do art. 57, §2º, art. 61, § único, da Lei nº 8.666/93;
- 10.4.19** Ausência de pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação, na forma dos arts. 15, §1º e 43, IV, da Lei nº 8.666/93;
- 10.4.20** Concessões de diárias com a ausência de comprovante de deslocamento (bilhete de viagem aérea, fluvial ou terrestre e outros documentos pertinentes ao deslocamento), relatório de viagem e o assunto objetivo para o órgão/entidade designado como fotos, documentos das visitas, vistorias, fiscalizações, participações em congressos, seminários, palestras, cursos, encontros, reuniões e quaisquer outros eventos similares, para assim, consolidar de forma legal os recursos concedidos ao responsável pelo Fundo de Aposentadoria, em desacordo com o disposto no artigo 9º da Resolução TCE nº 05/2008.
- 10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Novembro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara



ACÓRDÃO Nº2033/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral